



A Gestão da Inclusão Escolar sob a Lente da Equidade: Proposta de uma Ferramenta de Avaliação Socioeconômica para a Educação Pública.

Jorge Walbert Santos Almeida
(UTFPR / jorgealmeida@alunos.utfpr.edu.br)

Liliane Canopf Vera
(UTFPR / lilianec@utfpr.edu.br)

PALAVRAS-CHAVE: Gestão Escolar; Educação Inclusiva; Vulnerabilidade Socioeconômica; Administração Pública Gerencial; Equidade.

1. Introdução e Descrição da Situação-Problema

A busca por uma educação pública que seja, de fato, para todos, é um dos maiores compromissos da nossa sociedade. No entanto, garantir que um aluno com deficiência tenha as mesmas oportunidades de aprendizado que os outros vai muito além de apenas matriculá-lo na escola. O grande desafio para quem administra a educação hoje é entender como distribuir recursos que são limitados (como professores de apoio, materiais adaptados e tecnologias) de uma forma que seja justa e eficiente.

Atualmente, o principal critério utilizado para decidir qual aluno receberá mais atenção ou recursos é o laudo médico. Embora o diagnóstico clínico seja fundamental, ele não conta a história toda. Quando olhamos apenas para a deficiência e ignoramos a realidade social do aluno (se ele tem comida em casa, se a família tem saneamento básico ou se consegue pagar o transporte para terapias), corremos o risco de tornar "invisíveis" as desigualdades que realmente impedem esse aluno de aprender.

Na prática, a falta de critérios técnicos que unam a saúde à assistência social faz com que a inclusão muitas vezes dependa da persistência da família ou da visibilidade que aquele caso ganha na comunidade. Isso cria um cenário de "improviso" na gestão pública, onde quem é mais pobre e menos instruído acaba ficando para trás. Como apontam Lotta e Cavalcante (2021), a gestão pública moderna exige ferramentas que ajudem o administrador a tomar decisões baseadas em evidências reais, e não apenas em percepções subjetivas.

Este trabalho propõe enfrentar essa lacuna. O problema aqui não é a falta de vontade dos gestores, mas a ausência de um padrão técnico que permita identificar quais alunos estão em situação de maior risco social para priorizar o atendimento. A proposta central é desenhar um guia que ajude as escolas a mapear essas vulnerabilidades, transformando a inclusão escolar em uma política de estado estratégica e verdadeiramente equitativa.



2. Possíveis Caminhos para Diagnóstico e Metodologia Proposta

Para que possamos resolver a falha na alocação de recursos, o primeiro passo é realizar um diagnóstico que entenda por que a comunicação entre a escola e a realidade social do aluno é tão falha. O caminho para esse diagnóstico não pode ser apenas burocrático; ele precisa ouvir os profissionais que estão no dia a dia das instituições, como gestores escolares e assistentes sociais, que sentem a falta de parâmetros claros para decidir quem priorizar.

Conforme alertam Lotta e Pires (2019), um dos maiores problemas da gestão pública é a "fragmentação", ou seja, quando a educação não conversa com a saúde nem com a assistência social. Para superar isso, o diagnóstico proposto busca identificar quais informações socioeconômicas (como renda, moradia e acesso a serviços) são fundamentais para compor o que chamamos de "score social" do estudante.

A metodologia escolhida para construir esta solução é de natureza qualitativa e aplicada, focada em resolver problemas reais da gestão educacional. O desenvolvimento do trabalho está estruturado nas seguintes etapas planejadas:

- Pesquisa e Análise Documental: Revisão detalhada de leis como o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e normas do MEC para garantir que a ferramenta esteja em total harmonia com os direitos já garantidos;
- Modelagem Conceitual: Utilização do modelo de análise multicritério (MCDA) para criar uma matriz que permita cruzar o diagnóstico médico com os indicadores sociais, permitindo uma visão em 360 graus do aluno;
- Construção do Guia Gerencial: Elaboração de um manual didático e simples, que ensine o gestor escolar a coletar esses dados e a transformá-los em indicadores de urgência para o planejamento pedagógico.

Como reforça Faria (2018), a verdadeira inclusão não pode depender apenas de esforços isolados de professores bem-intencionados, mas sim de uma capacidade técnica instalada na escola, com fluxogramas e dados que orientem o planejamento. Portanto, este caminho metodológico visa criar o "padrão técnico" que hoje falta nas redes públicas

3. Descrição das Potenciais Alternativas para Resolução e Inovação

A alternativa proposta para resolver a falta de padronização na educação inclusiva é a criação de um Guia Gerencial para Avaliação Socioeconômica. Esta solução inovadora não busca substituir o olhar pedagógico, mas sim oferecer um suporte administrativo que hoje é inexistente. A ideia é que, por meio de uma ferramenta de diagnóstico, a escola consiga cruzar dados de saúde com indicadores de vulnerabilidade, como renda familiar e acesso a saneamento básico.



O Guia foi pensado para ser um instrumento de Administração Pública Gerencial, focando na eficiência e na transparência. Entre os componentes planejados para esta resolução, destacam-se:

- Matriz de Priorização (MCDA): Uma tabela simples onde o gestor atribui pesos a diferentes situações de risco social, gerando um "mapa de urgências" para a alocação de monitores e recursos;
- Checklist de Coleta de Dados: Um roteiro fácil de seguir para que a secretaria escolar consiga mapear a realidade do aluno sem sobrecarregar a equipe;
- Fluxogramas de Decisão: Instruções visuais que ajudam o diretor a justificar tecnicamente por que determinado recurso foi direcionado a um aluno específico.

Como ressalta Rezende (2020), o uso de evidências sociais permite que o gestor enxergue o que os diagnósticos tradicionais deixam invisível. Ao adotar essa ferramenta, a escola deixa de decidir no "improviso" e passa a ter um método que garante que o apoio chegue a quem realmente mais precisa.

4. Potenciais Contribuições

Ainda que em fase de desenvolvimento teórico, espera-se que este trabalho contribua significativamente para a justiça social dentro do ambiente escolar. As principais contribuições identificadas são:

- Equidade: Garantir que a pobreza não seja uma barreira extra para o aluno com deficiência, priorizando o apoio estatal para os mais vulneráveis;
- Accountability (Prestação de Contas): Oferecer ao gestor uma base técnica sólida para fundamentar suas decisões perante as secretarias de educação e tribunais de contas;
- Modernização da Gestão: Provar que a eficiência na educação inclusiva depende de planejamento estratégico e não apenas de questões didáticas.

Referências

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília, 2015.

FARIA, C. A. P. Políticas Públicas: teoria, análise e prática. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2018.



LOTTA, G. S.; CAVALCANTE, P. L. C. Burocracia, Gestão e Políticas Públicas. Brasília: ENAP, 2021.

LOTTA, G.; PIRES, R. R. C. Organizando a Gestão Intersectorial: desafios e experiências. Brasília: ENAP, 2019.

REZENDE, F. C. Administração Pública e Políticas Públicas Orientadas por Evidências. Rio de Janeiro: FGV, 2020.